

10 Artigo

O marxismo e a questão da mulher

Michel Goulart da Silva¹

Resumo // Este ensaio tem como objetivo fazer apontamentos pertinentes ao tema da relação entre marxismo e questão da mulher. Procura-se demonstrar como a luta pela emancipação da mulher está intrinsecamente ligada às relações materiais da sociedade e à superação da exploração econômica. Para realizar a análise, parte-se da discussão de autores marxistas centrais para o debate proposta.

Palavras-chave // Marxismo; Mulher; Socialismo.

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

Para o pensamento marxista, a emancipação da mulher passa pela inevitável derrubada do capitalismo e pela construção do socialismo. Contudo, dialeticamente, a mera superação do capitalismo não garantirá a efetiva emancipação das mulheres, afinal a transformação da ordem econômica não leva automaticamente à superação da opressão das mulheres. Esse problema é apontado por Trotsky (2009, p. 40-1), quando afirma que

(...) estabelecer a igualdade política da mulher e do homem no Estado soviético é um dos problemas mais simples. Estabelecer a igualdade do trabalhador e da trabalhadora na fábrica, na oficina, no sindicato, é já muito difícil. Mas estabelecer a igualdade efetiva do homem e da mulher na família, eis o que é incomparavelmente mais complicado e exige imensos esforços para revolucionar todo o seu modo de vida.

Essa questão deve ser analisada em toda a sua complexidade. Seria ilusório

(...) imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. A realização histórica de sociedades de economia coletiva tem mostrado que, embora a emancipação econômica da mulher seja condição *sine qua non* de sua total libertação, não constitui, em si mesma, essa libertação (SAFIOTTI, 2013, p. 128)

Essa visão limitada pauta a questão das mulheres por uma perspectiva meramente economicista (sindicatos) ou institucional (partidos), sem que se avance em discussões estratégicas acerca do papel da luta das mulheres na construção do socialismo e pelo fim da opressão de gênero num novo sistema de produção da vida material. Essa concepção tem como base um entendimento equivocado da própria ideia de trabalhador. Nessa concepção limitada, a classe não é um sujeito histórico inserido nas contradições do próprio capitalismo, mas um ser abstrato que possui características revolucionárias quase que naturais. Esse trabalhador seria o ente revolucionário por excelência, com uma consciência pronta que apenas precisa ser ativada por meio da agitação revolucionária, levando à derrubada do capitalismo por meio de uma inevitável revolução. Esse ser abstrato carregaria dentro de si os elementos revolucionários para construir a nova sociedade, como se esse mundo novo fosse uma essência que existe em algum lugar do mundo das

ideias. Nessa perspectiva, a classe não possui contradições, medos, sentimentos, mas somente uma consciência abstrata que a levará invariavelmente até a revolução socialista. Em oposição a esse tipo de compreensão, é preciso ter clareza de que “a ideologia de cada agrupamento social tem a função não só de refletir o processo econômico dessa sociedade, mas também – e principalmente – de inserir esse processo econômico *nas estruturas psíquicas dos seres humanos dessa sociedade*” (REICH, 2001, p. 17).

Uma primeira consequência desse entendimento limitado do conceito de classe trabalhadora passa por não reconhecer a existência da complexa relação entre exploração de classe e opressão que alguns sujeitos, como as mulheres e os homossexuais, experienciam na sociedade. Na relação entre dominação e exploração das mulheres, percebe-se que

(...) a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2015, p. 113).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a emancipação feminina é um

(...) problema complexo, cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais. Desde o desenvolvimento da indústria farmacêutica até as ideologias, tudo reflete na condição feminina (SAFIOTTI, 2013, p. 135).

Portanto, existe uma complexa dialética que entrelaça a dinâmica da exploração econômica e a permanência de um regime patriarcal (SILVA & SCHUH, 2021). Trata-se da constituição de uma relação histórica que, ao longo de séculos ou mesmos milênios, relegou às mulheres um papel secundário na sociedade. Essa complexa relação, cujas raízes estão no âmbito da exploração do trabalho, tem consequências na repressão, por meio do Estado, e na opressão, dentro do ambiente familiar.

No âmbito da repressão, que é um componente fundamental relacionado ao processo de exploração, coloca-se cotidianamente a questão do controle do corpo, tirando das mulheres, em muitos casos, o direito à escolha sobre seu próprio futuro. Essas ações que proíbem as mulheres de decidirem livremente sobre seu corpo se manifesta principalmente na política de contracepção, criando-se mecanismos que dificultam o acesso a certos métodos, e no direito ao aborto, colocando-se empecilhos inclusive em casos de estupro. Muitas vezes não são nem mesmo os profissionais de saúde que orientam as mulheres sobre sua sexualidade ou sobre quais procedimentos tomar em relação a uma gravidez indesejada, mas os órgãos judiciários e policiais, agindo a partir de ideologias conservadoras do patriarcado.

O patriarcado se alimenta da submissão da mulher no âmbito do privado, concretizada no regime da monogamia, visto como “grande derrota histórica do sexo feminino” (ENGELS, 2002, p. 55). Não se trata, neste caso, da eventual livre escolha de sujeitos emancipados pela forma de relacionamento que satisfaça suas necessidades, mas de encarar da monogamia como “forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história” (ENGELS, 2002, p. 62). Essa constituição familiar garante ao homem o poder sobre a mulher e a família, podendo-se afirmar, com os devidos cuidados históricos e metodológicos, que “o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 2002, p. 62).

Constrói-se, a partir da monogamia enquanto parte constitutiva do sistema de exploração econômica, um conjunto de mitos sobre uma suposta feminilidade natural. Esses mitos passam, de um lado, por considerar as mulheres mais frágeis e ou mesmo menos inteligentes do que os homens e, por outro, por naturalizar certos comportamentos que supostamente seriam femininos, como a maternidade e uma maior sensibilidade (ROSA, 2020). Com isso, se materializa a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas pelos homens e de que os cuidados do lar são atribuições femininas, cabendo-lhes organizar e limpar a casa e cuidar dos filhos. Assim, a partir dessa desqualificação da mulher,

faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho da mulher o

caráter de trabalho subsidiário e torná-la o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas (SAFIOTTI, 2013, p. 330).

Esses mitos em relação a uma feminilidade natural têm como consequência limitar a luta por direitos para as mulheres a ações como ampliar as vagas em creches ou criar restaurantes e lavanderias públicas. Engels (2002, p. 157) apontava que

(...) a emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública.

Esses serviços que facilitam o trabalho doméstico certamente são fundamentais, afinal, em primeira instância, permitem às mulheres se incorporarem de forma ativa na produção social. Contudo, além dessas reivindicações elementares, é preciso ter em mente que as tarefas domésticas não são naturalmente das mulheres, mas foram impostas por séculos de opressão.

No que se refere à opressão, que igualmente atua como componente do processo de exploração, se encontra uma das questões mais dramáticas para as mulheres, que é o abuso e a violência. Pela lógica do patriarcado, as mulheres são propriedade dos homens e, por isso, devem ser submissas à violência física e psicológica. Em função disso, os homens poderiam fazer uso do corpo das mulheres, não apenas daquela com quem constituiu matrimônio, mas de qualquer uma que não esteja sob a guarda de um pai, um irmão ou de um marido. O estupro é apenas uma das manifestações disso, que também se materializa nas mais variadas formas de assédio que são perpetrados tanto no ambiente do lar como no espaço público. O patriarcado é “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres” (SAFFIOTI, 2015, p. 111).

Essa realidade não pode ser modificada apenas com melhorias pontuais e, mesmo mudanças estruturais, não são capazes de modificar a situação da mulher de forma imediata. Trotsky (2009, p. 40), refletindo acerca da situação da família nos primeiros anos depois da revolução socialista, afirmava que

(...) a transformação do poder e mesmo a do regime econômico (com os trabalhadores transformados em proprietários das fábricas e oficinas) são fatos que, por certo, se refletem na família, mas só a partir de fora e de forma indireta, sem abalar os seus hábitos diretamente herdados do passado”.

No mesmo debate, Trotsky (2009, p. 40) também ressaltava que “o modo de vida é muito mais conservador do que a economia e é, aliás, essa a razão por que sua compreensão é mais difícil”. Essas relações no interior da família não se modificam apenas com a transformação política. O domínio masculino sobre as mulheres

acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico. Os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que na estrutura de classes ocupam uma posição oposta à sua (SAFIOTTI, 2013, p. 123).

Esse debate passa pelo reconhecimento de que a questão da mulher possui especificidades que vão muito além do mero debate econômico. Entende-se a questão da mulher como uma pauta complexa e multifacetada, componente constitutivo do processo de exploração. Para garantir sua luta, precisa de espaços de organização que não se limitem à estrutura burocrática dos sindicatos ou aos núcleos segmentados dos partidos. Em sua organização, as mulheres precisam ter autonomia de organização e de elaboração de suas pautas e ações, sem que lhes sejam ditadas pautas por parte de estruturas externas à sua condição social.



Referências

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSA, Mariana Silveira dos Santos. “Da divisão sexual do trabalho à naturalização da opressão: um estudo acerca das obras de Engels e Clastres”. *Religación*, nº 23, p. 31-39, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2015.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Michel Goulart da; SCHUH, Thalia Jaqueline. “Divisão sexual do trabalho: uma análise da exploração histórica do trabalho feminino e sua manifestação no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, nº 14, p. 141-146, 2021.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida/ A moral deles e a nossa**. São Paulo: Sunderman, 2009.

